

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DEVANI MARIA SILVA

**O Trabalho do Serviço Social da Organização das Voluntárias de Goiás, OVG,  
com Idosos. O Espaço Bem Viver I, Goiânia Goiás, 2017-2019.**

GOIÂNIA  
2021

DEVANI MARIA SILVA

**O Trabalho do Serviço Social da Organização das Voluntárias de Goiás, OVG,  
com Idosos. O Espaço Bem Viver I, Goiânia Goiás, 2017-2019.**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margot Riemann Costa e Silva

GOIÂNIA  
2021

DEVANI MARIA SILVA

**O Trabalho do Serviço Social da Organização das Voluntárias de Goiás, OVG,  
com Idosos. O Espaço Bem Viver I, Goiânia Goiás, 2017-2019.**

Monografia defendida no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Aprovada em: 07 de junho de 2021, pela seguinte Banca Examinadora:

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Margot Riemann Costa e Silva  
Presidente e Orientadora – PUC/Goiás**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Aldovano Dantas Barbosa  
Membro – PUC/Goiás**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Conceição Sarmiento Padial Machado  
Membro – PUC/Goiás**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado força e sabedoria para continuar meus estudos, pois só Ele sabe quantas vezes quis desistir. Agradeço aos meus pais e toda minha família, principalmente pelo suporte e o ombro amigo, para os grandes desabafos nas horas em que me encontrava sem forças para continuar, por compreenderem minha ausência para dedicar aos estudos, por falarem também só de mamografia. Sempre acreditaram na minha formação.

Aos meus amigos (as) que apoiaram juntos, compartilharam sobre a vida acadêmica e por estarem sempre ao meu lado me fortalecendo.

À minha querida orientadora Margot, por acreditar no meu potencial, pela dedicação na minha construção da monografia e o melhor de tudo por contribuir na minha formação profissional e pessoal. Aos meus demais mestres e doutoras e doutores, que me proporcionaram conhecimentos ao longo dos quatro anos de curso, obrigada pela compreensão e apoio e muita riqueza de conhecimentos.

A minha supervisora de campo Marlene, por contribuir na minha formação e abrir os meus olhos de como é a realidade no exercício da profissão, e por compartilhar seus conhecimentos, me preparando para ser uma assistente social. A instituição Espaço Bem Viver I – Cândida de Moraes (OVG) por me acolher de braços abertos onde pude realizar o meu estágio supervisionado, o meu muito obrigado. Por fim a turma do Serviço Social, que conviveram comigo e que foram os meus ouvidos e que transmitiram com todo carinho e paciência as suas experiências e entendimento acerca das aulas realizadas, vocês moram no meu coração.

## **RESUMO**

Essa monografia tem como objeto o trabalho do Serviço Social da Organização das Voluntárias de Goiás, OVG, com idosos. O objetivo é conhecer o trabalho do Assistente Social no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos no Espaço Bem Viver I da OVG, na cidade de Goiânia/GO. A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, e contou com uma entrevista com a assistente social que trabalha no Espaço Bem Viver I ano de 2021. (Os resultados indicam que o trabalho social da OVG com os idosos conta com uma equipe multidisciplinar e uma estrutura física de tamanhos adequados e que o foco é o fortalecimento de vínculo com a comunidade e a família.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Organização das Voluntárias de Goiás, OVG. Idoso. Espaço Bem Viver I

## **LISTA DE SIGLAS**

**CF:** Constituição Federal

**CNEOAS:** Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social

**CRAS:** Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS:** Centro de Referência Especializada em Assistência Social

**EBV:** Espaço Bem Viver I

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LOAS:** Lei Orgânica da Assistência Social

**MDS:** Ministério do Desenvolvimento Social

**OVG:** Organização das Voluntárias de Goiás

**PNAS:** Política Nacional de Assistência Social

**SINPAS:** Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

**SUAS:** Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>11</b>
<i>2.1 A Contextualização do SUAS no Serviço Social</i>	<b>11</b>
<i>2.2 Conceito: Fortalecimento de Vínculos</i>	<b>16</b>
<i>2.3 A concepção do trabalho do Assistente Social na Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo</i>	<b>18</b>
<b>3. SERVIÇO SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO</b>	<b>21</b>
<i>3.1 A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e o trabalho social com idosos</i>	<b>21</b>
<i>3.2 O trabalho social com idosos no Espaço Bem Viver I – EBVI</i>	<b>23</b>
<b>4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS IDOSOS NO ESPAÇO BEM VIVER I – OVG, E O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>30</b>
<i>4.1 O Serviço Social no Espaço Bem Viver I</i>	<b>30</b>
<i>4.2 O Fortalecimento de Vínculos como Objetivo</i>	<b>32</b>
<i>4.3 Estágio em Serviço Social no Espaço Bem Viver I</i>	<b>36</b>
<i>4.4 Realizando pesquisa em tempo de Pandemia – COVID 19</i>	<b>40</b>
<i>4.4.1 Pesquisa com Assistente Social do Espaço bem Viver I</i>	<b>43</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro teve suas primeiras ações na década de 1930 com a industrialização das cidades, na conhecida Era Vargas. Porém, somente nas décadas seguintes (1940 e 1950) houve um reconhecimento da profissão, que acompanhava as transformações da sociedade. Segundo Iamamoto, Serviço social é uma profissão investigativa e interventiva inserida no processo de divisão sociotécnica do trabalho,

Segundo Iamamoto, o serviço social é uma profissão investigativa e interventiva inserida no processo de divisão sócio técnica do trabalho (1998). A profissão de assistente social busca intervir em situações de risco social, levando por meio dos mecanismos do serviço social melhores condições de vida, dignidade, moradia e alimentação para as populações atendidas, atuando também na prevenção de doenças e na promoção da saúde.

Sua atuação se dá também no ambiente de atenção ao idoso, momento da vida na qual as pessoas se encontram mais vulneráveis e muitas vezes já apresentando algum quadro de adoecimento e/ou patologias próprias da idade. Coloca-se então, a questão frequente de dificuldades na interação com a família e a comunidade, daí a importância de ações que reforcem a capacidade de estabelecimento de vínculos.

A realidade de que a sociedade está cada vez mais envelhecida, especialmente em Goiânia e regiões, justifica este projeto de pesquisa, pois visa tratar sobre o trabalho social junto a idosos. A monografia tem como objeto de pesquisa O Trabalho do Serviço Social da Organização das Voluntárias de Goiás, OVG, com Idosos. O Espaço Bem Viver I, Goiânia Goiás, 2017-2019.

De acordo com, os dados do IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), no Brasil em 1º /06/ 2019, o número de idosos chegou a 7.018.354 milhões, sendo que somente Goiás possui mais de 1.516.113 mil (ALCÂNTARA, 2020). Os números demonstram a necessidade da implantação de políticas públicas para atender essa faixa etária e por esse motivo, a (OVG) criou espaço para os idosos e ampliou o atendimento aos idosos.

Assim sendo, o presente projeto de pesquisa pretende conhecer como se dá o trabalho social da OVG, em especial, o trabalho social com idosos. Os objetivos específicos da pesquisa visam: primeiramente, compreender o que vem a ser o SUAS (sistema único de assistência social) ; definir o conceito e o papel do assistente social



no trabalho de fortalecimento de vínculos; descrever o trabalho social com os idosos no Espaço Bem Viver I, em especial, o trabalho realizado pela assistente social.

As condições da pesquisa se apresentaram foram desafiadoras, diante das normas de afastamento social devido à pandemia da COVID-19 que se instalou no mundo em 2020, as atividades da instituição foram suspensas na modalidade presencial, o EBV I precisou fechar em muitas ocasiões e o acesso à Assistente Social foi dificultado. Outro ponto que interferiu nos resultados foi a mudança de Assistente Social, que nem puderam se conhecer pessoalmente, como de campo, mas, em muitos momentos à distância, assim como foi respondido o questionário que segue no final deste capítulo. Para suprir algumas dessas deficiências procurou-se fazer um trabalho de cunho também bibliográfico e qualitativo.

A metodologia de pesquisa foi de natureza bibliográfica e documental, e contou com uma entrevista com a assistente social que trabalha no (EBVI) nesse ano de 2021. A monografia está estruturada em quatro capítulos. Após a introdução, o primeiro capítulo compreende a análise sobre o trabalho dos profissionais de Serviço Social para enfatizar as ações, atribuições e competência do assistente social, articuladas com a equipe. O segundo capítulo busca trazer um breve histórico do Serviço Social, e a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Capítulo três traz serviço social e seus reflexos na política de atendimento ao idoso Compreende um mecanismo de incorporação de políticas que promovem o acolhimento e integração social, onde será abordada a proposta que a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) promove para os idosos. E no capítulo quatro é o trabalho da assistente social junto aos idosos no espaço bem viver I (OVG) e o estágio em Serviço Social. Será apontado a importância do profissional e o exercício do Assistente Social, suas contribuições para a evolução das políticas públicas e atendimentos realizados nas instituições de atendimento social aqueles em situação de vulnerabilidade. É reproduzida também uma pesquisa com a Assistente Social do Espaço Bem Viver I. Por fim, são realizadas as considerações finais.

## **2. SERVIÇO SOCIAL**

Este capítulo busca trazer um breve histórico do Serviço Social, até o momento da constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

### **2.1 A Contextualização do SUAS no Serviço Social**

O serviço social no Brasil é resultado de lutas e conquistas sociais. Até 1920 esta carregava caráter estritamente assistencialista realizado por entidades filantrópicas e a igreja. A partir deste período, o Estado começa a vincular um papel mais ativo na assistência social com o intuito de atender as classes trabalhadoras, que vinham se fortalecendo por meio das lutas sociais. A partir de 1919, algumas leis foram criadas para atender a classe dos trabalhadores.

É relevante na história das políticas sociais a criação da primeira Caixa de Aposentadorias e Pensões, (01/06/1923), os Institutos de Aposentadorias e Pensão, a Consolidação destas leis do trabalho, em 01/05/1943 a Lei nº 5452, revogou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) e estabeleceu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) 01/09/1977 (CAVALCANTI; REZENDE, 2006).

Em 1988, por meio da Constituição Federal, a Assistência Social passa por uma redefinição histórica a qual recebe caráter legal, tornando-se uma política de seguridade social retratada no artigo 194 - “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

A mesma contempla em seu texto o reconhecimento da assistência social enquanto política pública, fator que presta auxílio à criação e ao estabelecimento desse sistema de proteção social, no Brasil, de modo que só depois que esse detalhamento é que se torna possível a existência real de uma visão mais ampla e coerente acerca dos determinantes relacionados a este setor. De modo que tais

“reflexões referentes às políticas sociais, sob a lógica organizativa, no âmbito da gestão pública, encontram-se, necessariamente, em uma arena de luta política”, uma vez que “tanto as políticas sociais como o Estado são espaços da contradição do modelo econômico, social e

político instalado no Brasil” (RAZZOTI, 2011, p. 175).

A Constituição Federal de 1988 prevê "a descentralização, universalização e participação social", nas garantias dos direitos conquistados no seu processo histórico-social constituindo um caráter democrático na observância orçamentária das ações políticas.

Na fomentação desses direitos resguardados na Constituição Federal, a Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) marca a década de 1990, pois esta regulamenta o artigo 203 e 204 da CF, trazendo-lhe objetivos, diretrizes, organização e gestão das ações do Serviço social (CAVALCANTI; REZENDE, 2006).

Reforçando a descentralização, a função democrática por meio da participação social e fomentando o financiamento das políticas por meio do poder público, representa as “estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal” “Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015, s.p).

O Suas teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

O que significa dizer que tais “pressupostos, colocados como diretrizes na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tornaram-se elementos fundamentais no alargamento da esfera pública”. (YAZBEK, 1998, p. 55). Ainda conforme Yazbek, (1998, p. 55), a LOAS “expressa uma mudança fundamental na concepção da Assistência Social que se afirma como direito”, bem como “uma das políticas estratégicas de combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade em que vive grande parte da população brasileira”.

Com o advento da política social implementada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com o objetivo de promover maior distribuição de renda no país e o combate à fome e atenção básica para atender uma fração da sociedade em maior vulnerabilidade, estes conjuntos de ações desencadeou a extinção do Ministério da Assistência e Promoção Social fazendo surgir o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), proporcionando uma mobilização social para a edição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio da Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004, que configura a concreção da Assistência Social com pilar do Sistema de

Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social (PAULA, 2011).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é a organização das políticas públicas voltadas para a assistência social que se vê hoje como um sistema que garante proteção social aos cidadãos, apoia os sujeitos e suas famílias, as comunidades, de modo geral, “no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos”, ou seja, um direito para todos (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

Conforme informa o Ministério do Desenvolvimento Social, o SUAS organiza os serviços de assistência social no país, cujo modelo de gestão é participativo, criando elo entre os esforços e os recursos dos níveis municipais, estaduais e da União (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015),

Coordenado pelo Ministério da Cidadania, o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Nesse modelo de gestão, as ações e a aplicação de recursos do Suas são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBS) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social, que desempenham um importante trabalho de controle social (Ministério da Cidadania, 2015, s.p).

O SUAS atua em dois tipos de proteção social: 1) Proteção Social Básica que atua na prevenção de riscos sociais e pessoais oferta programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias vulneráveis socialmente; 2) Proteção Social Especial, para famílias e indivíduos em situação de risco, cujos direitos foram violados e que se encontram em abandono, sofrendo maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, etc. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

Concomitantemente, há a oferta de benefícios assistenciais específicos destinados a um público pré-estabelecido, o que contribui para que as pessoas em situação de vulnerabilidade superem as dificuldades pelas quais estiverem passando. Assim, o SUAS também gerencia as atividades executadas por outras organizações de assistência social e demais entidades mantendo atualizado o “Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e concedendo certificação a entidades beneficentes” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

Ao explicar sobre o tema de gestão no SUAS considera-se todo o processo existente para aprimorar a gestão da qualidade da oferta dos serviços

socioassistenciais.

É importante ressaltar que, para a efetiva atuação da Assistência Social, é fundamental ter ferramentas para registrar informações sobre seu trabalho, no meio em que sua atividade esteja vinculada de modo que essas ferramentas se convertam em uma espécie de elo entre várias instituições, incluindo o Estado. As técnicas para o atendimento deste profissional junto aos cidadãos no acompanhamento com as famílias contribuem para o oferecimento de respostas profissionais às demandas que decorrem dos processos sociais. Assim, os conhecimentos profissionais são usados para desmistificar a realidade enquanto intervém sobre ela. Na concepção de Razzoti (2011, p. 176) o “SUAS [...] aponta também para o fato de que, a Assistência Social, [...], fortalece o projeto de extensão da proteção social, o que pode ampliar as condições para a melhoria da qualidade de vida”. Em conformidade com Garcia ([s.d.], p. 10-12), “[...] o SUAS consolida toda uma luta de gestão no campo da Assistência Social, mas ele não é resultado de si próprio e sim de uma história partilhada por muitos atores sociais”. O referido autor tece um retrospecto da trajetória da Assistência Social que se inicia, em sua visão, em 1990 com a entrega do Primeiro Texto da Lei Orgânica da Assistência Social ao Congresso. Para Garcia ([s.d.], p. 12),

Fazer esse retrospecto não é apenas uma questão de estruturar a memória do processo que nos leva ao SUAS, mas afirmar que o SUAS não nasceu de uma hora para outra. Houve um processo de amadurecimento da Política de Assistência Social no campo estatal entre 1993 e 2003, quando de sua aprovação na Conferência Nacional de Assistência Social. Por exemplo, em 2005, no início do processo de Habilitação em Gestão no SUAS em Inicial, Básico ou Pleno, a Política Pública de Assistência Social já contava com um histórico de habilitação desde 1997. As transferências já eram Fundo a Fundo desde 1998.

Ou seja, passou por estruturação assim como a gestão pública do Estado brasileiro, como explica Razzoti (2011, p. 178), para quem um dos aspectos principais da implantação do SUAS vem sendo a vinculação que existe entre ele e o “projeto ético-político” que tem base nos pressupostos antevistos.

Na visão de Couto (2015, p. 670) a criação desse sistema único de gestão nacional, na forma de política pública é dever do Estado, e direito de cidadania fez surgir como parte da equipe básica de atendimento da população a figura do assistente social, oportunizando mercado de trabalho para esta categoria, o que fez emergir profunda discussão acerca do “papel da política de assistência social, bem como sobre o projeto de trabalho dos profissionais para esse campo”. Para a autora,

tais levantamentos demonstram que existem desafios a serem transpostos tanto no campo ideopolítico do campo assistencial quanto o trabalho do assistente social.

Corroborando com o exposto, na compreensão de Raichelis (2010, p. 751-753) a implantação do SUAS e expansão crescente em território nacional expande o mercado de trabalho no campo da assistência social, contudo, “aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho”.

Para a autora, o SUAS “amplia as possibilidades de trabalho profissional nos novos espaços ocupacionais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)”, embora tais espaços sócios ocupacionais representem “expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais se condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos”.

Trata-se, assim, do início de um quadro de profissionais que devem assumir as competências e ações de assistência social, desde que envolvam programas, projetos e planos, que sendo viáveis, farão parte dos direitos de todos, bem como do estabelecimento de normativas que definem a implantação de serviços qualificados que hoje são incluídos em diversas instituições. Como atribuição, deverão assumir o desafio da garantia de qualidade dos serviços que estarão atrelados, conseqüentemente, à atuação desses trabalhadores.

Assis (2011, p. 72), explicita no que tange a discussão em torno do marco legal que, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS (NOB/RH/SUAS, 2006), diz respeito ao “avanço na garantia de uma equipe mínima e especializada para operacionalizar o que preconiza a política de assistência social [...]; [e] vem definir o vínculo efetivo do trabalhador e a importância da qualificação profissional”. De forma que, o SUAS, deva buscar incentivos com relação aos vínculos trabalhistas, a fim de combater os processos de terceirização que o futuro aponta como possível ocorrência no setor e, conseqüente, enfraquecimento da relação entre trabalhadores e contratantes, dentre outras questões que envolvem o assunto como alterações na remuneração, impacto na isonomia salarial do trabalhador, salários baixos, descumprimento de leis trabalhistas, e outras (ASSIS, 2011, p. 77).

Faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) O SUAS, a garantia de ações de educação, permanente para todos os trabalhadores por meio de uma formação continuada que possa apresentar um planejamento estratégico, dando amparo às ações que viabilizam a gestão participativa e o conhecimento social com articulações de diversos sistemas. Isso resulta em aquisição de maior qualidade no serviço aos usuários e em benefícios para os próprios trabalhadores, possibilitando a viabilização e capacitação de melhorias institucionais (material/financeiro). No entanto, as expectativas de mudanças positivas com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram marcadas por dificuldades nos municípios menores do decorrente, principalmente, da insuficiência de informações e capacitações para os agentes envolvidos em sua implantação: gestores, política, técnicos e conselheiros, o que se repetiu em outras localidades do Brasil (BREVILHERI; PASTOR, 2013).

Os caminhos percorridos pelo SUAS culminam, hoje, em diversas ações voltadas para o seu fim primário, a Assistência Social. Em 2020 foi apresentado o CENSO SUAS do referido ano, como sendo o “principal instrumento nacional de coleta de informações sobre a gestão da Assistência Social”, documento (questionários: do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do novo questionário do Posto do Cadastro Único, lançado em 2020) pelo qual é feita coleta de informações do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Sendo que os “questionários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Gestão Municipal e Estadual”, se utilizam, também, de informações importantes sobre o Cadastro Único (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Assim, de modo a complementar as prerrogativas do SUAS enquanto política pública, deve o Assistente Social atuar no fortalecimento de vínculos, tópico que trataremos a seguir.

## **2.2 Conceito: Fortalecimento de Vínculos**

A convivência, o vínculo e o afeto são experimentações da sensibilidade, regadas por criatividade e que surgem na interação humana desde o início de sua exposição a outros seres semelhantes que se constituem na diferença, com autonomia e capacidade de escolha, mas que, ao mesmo tempo, são capazes de

afetarem-se mutuamente (SAWAIA, 2009, p. 365). Para Sawaia (2009), o encontro entre pessoas resulta na mutualidade de afetar e ser afetado, e possibilitam a ampliação da existência humana, a valorização e estímulo da vida e cria espaço para ações que transformam essa existência. Podem, também, acarretar desqualificação, redução, subordinação e desumanização da pessoa como resultado dessa convivência. De modo que as inter-relações geram, para os primeiros, emoções que estão voltadas ao fortalecimento de vínculos e, para os últimos, à fragilidade dos mesmos e isolamento social. Assim, nas interações podem-se expandir e fortalecer as pessoas e seus vínculos, como o contrário também pode acontecer.

No âmbito do conceito de fortalecimento de vínculos no contexto do SUAS, é correto afirmar que se trata de um grande desafio no que se refere ao trabalho voltado para superar as demandas sociais. Significa, entre todas as atribuições já contidas no SUAS, combater as desigualdades sociais no mesmo momento em que se visa promover o desenvolvimento humano. O debate acerca de fortalecer vínculos vai além do expandir as relações, abarca a vivência cidadã, compreende a participação dos sujeitos de modo a favorecer situações de acesso não só a formação, mas à informação. Trata-se, do reconhecimento do espaço que cada um ocupa, esse espaço é individual, mas, ao mesmo tempo, pode ser alternado em compartilhamento de poder entre as pessoas no ato de fazer-se e sentir-se sujeito ativo cidadão.

Atualmente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), oferece atendimento em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas com os usuários, dentre outras, independente de idade ou classe social, ofertando uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares, com liberdade para a sociabilidade. As reuniões buscam potencializar o agir, a vontade de estar entre outras pessoas, de compartilhar e oportunizar que cada pessoa se veja como sujeito, ou seja, encontros que disseminem sentimentos alegres. Enfim, essa busca por manter a proximidade com outros é uma ação como uns comportamentos de vínculo, que se inicia no contato com os primeiros e mais próximos seres vivos (OLIVEIRA, 2000, p. 159).

Quanto aos compromissos do assistente social, este tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.



Consequentemente, o projeto profissional deste sujeito vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem denominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1998).

### ***2.3 A concepção do trabalho do Assistente Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo***

As técnicas para o atendimento das famílias estão vinculadas ao profissional da área de assistência social, assim, os saberes desses profissionais podem ser usados para uma real intervenção quanto aos laços entre diferentes pessoas, com idades diversas e vivenciando momentos específicos de vida. O assistente social também pode operar encaminhamentos quando necessário para outras áreas de necessidade do indivíduo, para que este obtenha dignidade e as estruturas de que precisam para viver bem. Assim, “No trabalho junto às famílias são utilizadas informações das abordagens individual e familiar, entrevistas, visitas domiciliares, acompanhamentos, orientações, acolhimento, estudo socioeconômica e a escuta qualificada, dentre outros [...]” (VIANA, 2016, p.10-11).

O trabalho do Assistente Social com as famílias, objetiva buscar entender cada membro, além de apreender as relações existentes para que se crie uma finalidade na realidade daquela família, o que requer que o Assistente Social contribua com suas informações (VIANA, 2016).

No que tange, a Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõem acerca da profissão de Assistente Social, inclusos no Art. 4º e 5º que versam sobre as competências deste profissional, não há menção ao trabalho do assistente social voltado para a convivência e fortalecimento de vínculo, pelo menos não de forma clara. Contudo, ao analisarmos o conteúdo intrínseco destes artigos, no 4º encontramos o parágrafo IX, onde fica clara as atribuições deste profissional com relação ao tema “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Além do explicitado, a referida Lei, no Art. 5º, parágrafo I, que esclarece as atribuições privativas do Assistente Social, “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”, que englobam as ações correspondentes à criação, manutenção e/ou revitalização dos vínculos dos sujeitos com suas famílias e comunidades. Assim,

outros dispositivos foram criados a fim de esclarecer tais atribuições com maior eficiência, como os canais digitais, as apostilas disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros, de modo que existem.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças até 6 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 15 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 15 a 17 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (BRASIL, 2010, p. 30-31).

No que se relaciona a essa realidade, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) trata-se de ações de Proteção Social Básica do SUAS. É uma complementação do trabalho de assistência social feito com as famílias pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), bem como do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Os atendimentos são realizados em grupo e incluem atividades: “artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015a).

Com vistas a isso, a ação do Assistente Social está diretamente ligada às expressões da questão social que todos os indivíduos, de todas as faixas etárias, que se encontram em risco social e vulnerabilidade. Sua atividade deve estar aliada às premissas do SCFV que é “uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015a), na busca por um agir profissional que tenha força diante da realidade dessas pessoas de modo problematizador e desafiador no exercício de sua profissão que exige cada vez mais uma leitura crítica da contemporaneidade, não só por suas particularidades, mas pela procura incessante por autonomia e cidadania que das comunidades sofrem em risco social. Tal atuação é importante ferramenta para que se façam transformações substanciais na vida dos sujeitos (SILVA e SILVA, 1995) e haja o resgate para o existir digno e não apenas para a simples sobrevivência.

Assim, como ponto de partida, o trabalho do Assistente Social no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos, é um conjunto de serviços individuais e em grupo e que, conforme o ciclo de vida propõe-se ao entendimento de convivência e vínculos e atua na capacidade da disposição humana e das características da vida moderna, entre cidadão de direito que se constituem à medida que se relacionam. Entender a posição deste profissional frente a esta empreitada requer estudos em

várias áreas do conhecimento (antropologia, sociologia, serviço social, filosofia e psicologia) e ainda a sua inserção na realidade dos sujeitos e das instituições (SILVA e SILVA, 1995).

Parte importante deste: agir está voltado ao combate das desigualdades que caracteriza, definitivamente, a defesa e luta em favor da vida no espaço social, bem como da ética nessas ações. Independentemente das divergências, o Assistente Social auxilia na construção da relação de um sujeito com o outro e faz, por meio dessa relação, das ligações estabelecidas por outros atores que, juntos, contribuem e constroem o coletivo. De modo que são relevantes as contribuições que este profissional promove ao proporcionar ações, encontros e demais atividades que venham a afetar as pessoas.

### **3. SERVIÇO SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO**

O SUAS compreende um mecanismo de incorporação de políticas que promovem o acolhimento e integração social, neste capítulo será abordado a proposta que a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) promove para os idosos.

#### ***3.1 A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e o trabalho social com idosos***

O Espaço Bem Viver I – EBV I, é uma das unidades da Organização Voluntárias Goiás (OVG), faz parte do trabalho desenvolvido pela instituição voltada ao atendimento da pessoa idosa.

A OVG é uma associação civil, “dotada de personalidade jurídica de direito privado, fins não econômicos e caráter beneficente, provida de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com prazo de duração indeterminado” (OVG, 2017, p.6), que tem por finalidade a assistência social e objetiva promover “ações assistenciais voltadas ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Estado de Goiás, com prioridade à criança, ao adolescente, ao idoso, às gestantes, às pessoas portadoras de deficiência e às acometidas de doença grave”, cuja origem de recursos para implementar tais ações são advém do Tesouro Estadual, que inclui o FUNDO PROTEGE, recursos estes repassados por meio de Contrato de Gestão celebrado com a Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN (OVG, 2017, p.6).

Como instituição, a OVG possui quatro unidades de prestação de serviço ao idoso em Goiânia, sendo referência no trabalho de assistência ao idoso no estado de Goiás, segundo o *site* da instituição (OVG, 2019a). Sendo eles: “Complexo de Idosos Sagrada Família; Centro de Idosos Vila Vida; EBV I e II.

Os serviços oferecidos seguem os padrões da Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso” (OVG, 2019). Neles são “disponibilizados atendimentos nas modalidades Instituição de Longa Permanência (ILPI), Casas-Lares, Centro Dia e Centro de Convivência (comunidade)” (OVG, 2019). Estas unidades têm equipes diversas e formadas pelos seguintes profissionais: “Nutricionista, Terapeuta Ocupacional, Educadores Físicos, Assistente Social, Psicólogas, Fisioterapeuta,

Fonoaudiólogo, Enfermeiros, Pedagogos, Residentes em Geriatria e Odontologia” (OVG, 2019).

De acordo com o Plano de Ação da OVG (2017), conforme a Resolução 109/2009, o Centro de Convivência de Idosos está caracterizado como instituição de Proteção Básica. Seu foco é desenvolver atividades e ações que venham a contribuir nos processos de envelhecimento saudável, e como já dito, desenvolver autonomia e sociabilidade, bem como atuar no fortalecimento dos vínculos familiares e no convívio comunitário, colaborando na prevenção de situações de risco social e agindo como intervenção social. Assim, necessita pautar-se em “características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social”. Suas ações precisam abarcar as vivências que demonstrem valorizar as experiências dos assistidos, de modo a estimular e potencializar “a condição de escolher e decidir” (OVG, 2017, p.34).

Muitos são os riscos sociais para as pessoas e sabe-se, que o envelhecimento saudável exige a adoção de um estilo de vida que inclua alimentação equilibrada, atividade física e mental, e o convívio social. O Centro de Convivência atua fortemente em dois desses pilares, propiciando tanto as atividades físicas quanto aquelas voltadas para o condicionamento mental. A terceira idade é uma parcela da população que mais cresce em todo o mundo e a que mais necessita de políticas públicas. Assim, em janeiro de 2015, a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) começou uma análise institucional diagnóstica para obter um retrato da necessidade e da “viabilidade do projeto de implantação do \* Centro de Convivência de Idosos Cândida de Moraes (CCI)”, que, inicialmente, contou com uma equipe responsável pelo projeto e que consultou documentos institucionais “como o Estatuto e Regimento Interno da Organização, além do Estatuto do Idoso” – para este fim (OVG, 2019).

Na sequência fez pesquisa nos bairros de instituições que trabalham com idosos na região Noroeste. Ao abrir as inscrições, a equipe entrevistou os interessados e constatou que em média 40% dos idosos residentes desta região não possuem mais vínculo familiar. Notou-se situação de negligência, abandono e maus-tratos, o que geralmente provoca o afastamento e impede o contato com os familiares (OVG, 2019).

### **3.2 O trabalho social com idosos no Espaço Bem Viver I – EBV I**

O EBV I, conhecido inicialmente como “Centro de Convivência de Idosos Cândida de Moraes” (pois, situa-se neste setor, região noroeste de Goiânia), foi rebatizado pelo atual governador do estado de Goiás Ronaldo Caiado, com nome de “Espaço Bem Viver I”. O espaço foi inaugurado em 2015 com essa primeira nomenclatura, objetivando a ampliação dos locais para atendimento ao idoso, considerando o crescimento da demanda nesta categoria social.

A seguir será apresentada a proposta de trabalho explicitada em documentos da OVG.

Trata-se de um local que, por meio de sua equipe, além de atuar no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, uma vez que a família, na concepção da entidade, é entendida como a “fonte prioritária de apoio e cuidado aos indivíduos, bem como, na superação de situações de violação de direitos” (OVG, 2017, p.33), oferece diversas atividades gratuitas que contribuem no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e dos convívios comunitários para os idosos, buscando atuar no cuidado de situações em que os idosos ficam sozinhos por longos períodos e/ou se sentem inválidos ou inúteis, quando se apegam a impressão ou entendem que suas famílias não mais precisam deles e de seus serviços em casa.

O local também oferece diversas atividades para os idosos, de forma gratuita, quais sejam: “[...] treinamento funcional, cozinha terapêutica, inclusão digital, dança, teatro, coral, teclado, atividades laborativas, oficina de beleza, roda de conversa e momentos lúdicos, sessão de cinema e atividades pedagógicas” (OVG, 2019), bem como, sessão de cinema, atividades socioeducativas e laborativas, reciclagem e práticas sociais mensais – os “Encontros Inter geracionais” e a “reunião da família”. Os critérios de atendimento são:

- Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- Situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco social;
- Não ser portador de comprometimento mental grave ou de doença infectocontagiosa;
- Apresentar documentos pessoais e comprovante de endereço;
- Ter autonomia funcional e independência;
- Para a Hidroginástica, atendido os critérios acima, deverá ainda apresentar um atestado médico (cardiologista) e foto 3x4 (OVG, 2019).

O trabalho realizado neste espaço só é possível com a atuação de equipe multidisciplinar, que é composta por “[...] pedagogo, fisioterapeuta, terapeuta

ocupacional, assistente social e psicólogo” (OVG, 2019) que dão suporte a ele. Diante das adversidades que surgem no cotidiano, buscam, junto aos idosos e seus familiares, a melhor forma de resolvê-las, em observância constante no que diz respeito ao Estatuto da Pessoa Idosa que regulamenta as ações voltadas para a terceira idade e que determina em seu Capítulo IX que:

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casalar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei (BRASIL, 2003).

Como meta, o Plano de Ação da OVG (2017), identifica a contribuição ao promover “igualdade de oportunidades, participação e inclusão”, assim como oportunizar autonomia, dignidade e bem-estar à pessoa idosa e seus familiares.

A unidade de atendimento ao idoso, é regulamentado<sup>1</sup> pela Lei Orgânica de Assistência Social – Loas – Lei 8.742/1993, com Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – Lei 12.101/2009 (e alteração da Lei de Certificação – Lei 12.868/2013), pela regulamentação da Lei 12.101/09 – Decreto 8.242/2014.

No que diz respeito aos objetivos (geral e específico) traçados para o funcionamento da instituição, o Plano de Ação da OVG (2017) menciona que esta deve:

---

<sup>1</sup> Ainda pela Portaria 353/2011 que “estabelece procedimentos relativos a CEBAS no âmbito do MDS”, Resolução 16/2010 que define “os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social dos Municípios e do Distrito Federal; Resolução da diretoria colegiada – RDC/ANVISA nº 283/2005” (OVG, 2017, p. 37-38), bem como pelo “Regulamento técnico que define normas de funcionamento para as instituições de Longa permanência para idosos”, e, evidentemente, pelo Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003, pela Política Nacional da Pessoa com Deficiência – Decreto 3.298/1999 -, pela Política Nacional de Assistência Social – Resolução nº 78/2004; NOB/RH/SUAS de 13 de dezembro de 2006 e Lei Maria da Penha n.º 11.340, 7 de agosto de 2006

**Geral:**

Prestar atendimento de forma sistematizada e continuada aos idosos e familiares, no Centro de Convivência de Idosos Cândida de Moraes, integrado à comunidade por meio de atendimento especializado, de acordo com as suas necessidades, favorecendo as oportunidades de acesso aos recursos e procedimentos que viabilizem a acolhida, o atendimento psicossocial e as orientações sobre a rede socioassistencial, objetivando o seu processo de habilitação e integração à vida comunitária.

**Específicos:**

Vivenciar experiências para o autoconhecimento e autocuidado;  
Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;  
Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;  
Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos(as) idosos(as). Objetivo Foco: Contribuir para o processo do envelhecimento ativo saudável e autônomo; propiciar vivências que valorizam a experiência e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários, prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais (OVG, 2017, p. 34-35).

No que tange suas provisões, o EBV I, dispõe em seu ambiente físico de dependências para recepção, salas de atendimento individualizado, salas de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias. Esses espaços possuem adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade que estão presentes em todos os ambientes conforme consta nas normas da ABNT, podendo o ambiente físico vir a possuir características específicas em função do serviço ali prestado e com a regulação deste em vigor. Constam, ainda, uma sala da gerência e assistente administrativo, secretaria, sala de inclusão digital, cozinha terapêutica e biblioteca (OVG, 2017, p. 35).

A instituição conta com recursos materiais permanentes e de consumo considerados necessários para o trabalho diário da instituição e dos serviços prestados, sendo estes: mobiliário, computador, telefone, ar-condicionado, material para escritório, material descartável, impressora computadores, mesas, cadeiras, televisor, material para treinamento funcional, material para oficina laborativa;



materiais socioeducativos como: artigos pedagógicos, culturais e esportivos, material para cozinha terapêutica; benefícios e serviços socioassistenciais e prevenção de queda (OVG, 2017, p. 35-36).

Os recursos humanos disponíveis para o bom funcionamento da unidade dispõe de Equipe multidisciplinar que inclui profissionais das áreas de “Fisioterapia, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, terapeuta ocupacional”, de acordo com o que segue estipulado na “Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283/2005 e Resolução nº 17 de 20 de julho de 2015” (OVG, 2017, p. 36).

Já em se tratando do trabalho social essencial ao serviço de acolhida dos assistidos consiste em orientar e encaminhar os indivíduos, manutenção de grupos de convívio e fortalecimento de vínculos, bem como informar, comunicar e trabalhar em defesa de direitos conquistados, operando fortalecimento da função protetiva da família, assim como mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio. No quesito informação/registro, a unidade mantém um banco de dados de usuários, elaboração de relatórios e/ou prontuários, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário e busca ativa (OVG, 2017, p. 36).

Segundo o Plano da Ação da OVG (2017, p. 36) o usuário atendido nesta unidade, com sua entrada e permanência na instituição terá: integridade e história preservada. Sendo também observadas “suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades”, no intuito de aumentar seu acesso a benefícios socioassistenciais, bem como a programas de transferência de renda, manutenção da garantia das formas de acesso aos direitos sociais já conquistados, busca pela adesão da família aos serviços, participação em atividades socioeducativas de convivência social.

A instituição se propõe, a dar acesso à democratização de informações, proporcionar experiências coletivas e de socialização, no intuito de oportunizar maior nível de qualidade de vida aos usuários. Para tanto, o usuário deveria procurar a instituição espontaneamente<sup>2</sup>, ou por busca ativa<sup>3</sup>, por encaminhamento da rede

---

<sup>2</sup> “O idoso procura o Complexo Gerontológico quando recebe todas as informações, critérios de atendimento nas atividades oferecidas. Possuindo o perfil para ser frequentador, preenchendo a ficha com avaliação socioeconômica, dados pessoais, e avaliação com parecer técnico, feito pela assistente social” (OVG, 2017, p. 23).

<sup>3</sup> “[...] quando a demanda é reprimida o trabalho é divulgado na mídia espontânea, através da assessoria de comunicação-OVG que divulga todas as vagas e o trabalho oferecido para os frequentadores, também através de cartazes anexados, e nos visando equipamentos sociais, no território de abrangência do Complexo” (OVG, 2017, p. 23).

socioassistencial, ou das demais políticas públicas, ou, ainda, pela rede de garantia de direitos.

A instituição funciona em dias úteis (segunda à sexta-feira), segundo a demanda, e o horário de funcionamento das atividades é dividido entre dois turnos: matutino – 8hs às 12hs e vespertino – 13hs às 17hs, abrangendo territorialmente Goiânia e região metropolitana (OVG, 2017, p. 37).

Segundo documento da OVG (2017, p. 37) trata-se de uma instituição que possui “articulação em rede”, ou seja, está vinculada a outros serviços no âmbito municipal, quais sejam: Serviços socioassistenciais de proteção social básica; Serviços locais de educação, saúde, esporte e meio ambiente e outros mediante necessidade; Conselho de Políticas Públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Redes sociais; instituições de ensino e pesquisa; Conselho Municipal da pessoa idosa; Programa e projetos de desenvolvimento de talentos e capacidades, e; Conselho Estadual.

O impacto social esperado com o serviço prestado pelo EBV I, segundo o Plano de Ação da OVG (2017), busca reforçar o que já foi mencionado acerca das necessidades da pessoa idosa, sendo elencadas: a melhoria da condição de sociabilidade dos(as) idosos(as); redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização; redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento de acesso a serviços socioassistenciais e setoriais; ampliação do acesso aos direitos sociais e melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias (OVG, 2017, p. 37).

Quanto ao trabalho do Assistente Social, no que tange o serviço prestado ao idoso no Fortalecimento de vínculos na instituição, documento da OVG (2017) aponta que é de suma importância para o sucesso das ações empreendidas neste âmbito. Esse trabalho seria efetuado de diversas formas e em múltiplos níveis. Conforme cita o Plano de Ação (OVG, 2017), desde a entrada do idoso no Espaço as atividades do Assistente Social já acontecem. Quando o usuário procura a instituição ou é encaminhado para ela, sendo este o próprio idoso, ou familiar, ou, ainda, seu responsável, há todo um processo de atendimento feito pelo Assistente Social que culmina em visita social *in loco* para que haja a triagem.

---

Dessa forma são observadas se o beneficiário preenche os critérios para atendimento, de acordo com o que diz o Estatuto do Idoso. Assim, é fundamental ter o ponto de vista do Assistente Social, pois este promove a inclusão do idoso nos serviços com base em sua análise de situação que incluem: se o idoso está bem, se sofre algum tipo de violação de direitos, se a família possui laços com ele, se está em estado de abandono, entre outros. De modo que, ao procurar os serviços tanto do EBV I, quanto de outras instituições de cuidados, o Assistente Social opera uma gama de serviços que vão desde ao acolhimento deste idoso, no fornecimento de informações, na adequação dos critérios de atendimento dentro das atividades e, possuindo este indivíduo o perfil de frequentador, este profissional cuida da avaliação socioeconômica do usuário, emitindo parecer técnico.

Com base nesta pesquisa, outras ações, no contexto do Serviço Social, são esperadas dos profissionais e que estejam aptos e capacitados a coordenar e atuar em suas funções na instituição, quais sejam: recepcionar e fazer o cadastramento da ficha social; supervisionar e acompanhar o cadastramento; realizar visitas em hospitais e em casa; fazer relatório para mostrar o desenvolvimento dos profissionais; avaliar, planejar e definir instrumento técnico; seguir as normas e as rotinas e manter em vigor o cumprimento dos regulamentos; incentivar a inclusão em situação de vulnerabilidade social e econômica na rede socioassistencial e fragilidade no processo do envelhecimento; assegurar espaço para idoso que incentiva a convivência e vínculos com a família e a comunidade; proporcionar a convivência e interação visando a socialização na modalidade do idoso que frequenta a instituição favorecendo apoio nas relações, idoso protegido e orientado, ter conhecimento dos direitos socioeducativos, jurídico e saúde.

Gera-se, então, uma rede de ações que o Assistente Social empreende junto às famílias que necessitam de atendimento contínuo, pessoas que serão acompanhadas de modo sistematizado por este profissional e, sendo necessário, há encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais do Município. O objetivo, tanto quando se fala em cuidado ao idoso, quanto da família, é que estes sejam assistidos em suas necessidades básicas. Sendo preciso, também se efetua visitas a essas famílias, de maneira a manter registro da evolução do acompanhamento familiar, o que leva à manutenção de um relatório social que demonstra tal acompanhamento e avaliação dos variados quadros encontrados (OVG, 2017).

Em síntese, são atividades regulares do Assistente Social: a entrevista social (idoso, familiares e/ou responsáveis), preenchimento de formulários, se necessário, elaborar relatório socioeconômico e parecer social, buscar garantir a transparência e assertividade das ações dentro do EBV I; também pode efetuar visita social *in loco* (domiciliar) ao idoso e familiares, durante a qual pode determinar se existe necessidade de acompanhamento detalhado, ou não, da situação do idoso para concluir a análise e parecer social, uma atribuição privativa do Serviço Social, que se trata de um procedimento de acolhida e ação particularizada com o grupo familiar e o idoso, que tem por objetivo avaliar os impactos das ações empreendidas em favor da pessoa idosa para a superação de suas vulnerabilidades, bem como no auxílio ao reforço dos vínculos familiares e, evidentemente, de analisar sua qualidade de vida.

Neste trabalho é feito o mapeamento e diagnóstico da situação do idoso, que é mostrado para que, visa verificar o nível de interação do idoso com seus familiares, do idoso com a instituição, isto é, observar as várias nuances da vida do idoso, não só em suas necessidades, mas na superação das mesmas, sendo possível também analisar sua vulnerabilidade social e diante do quadro encontrado, identificar os serviços necessários para a resolução das situações encontradas no meio familiar e social, sendo estes os serviços locais disponíveis, unidades públicas de atendimento e outras políticas de encaminhamento que auxiliem o idoso (OVG, 2017).

É ainda, prerrogativa do trabalho do Assistente Social, como observado no (EBVI), antever as necessidades da instituição no que diz respeito à sua funcionalidade e bom atendimento dos usuários. Assim, o profissional de Serviço Social deve observar e conhecer bem a instituição, suas atividades, a estrutura física e funcionamento, onde o idoso deve ser atendido da melhor forma possível. O acompanhamento da pessoa idosa é frequente mediante o envolvimento da política de assistência ao idoso, visando o envolvimento de todos os funcionários, dos seus familiares, ou seja, de todos os envolvidos no processo.

#### **4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS IDOSOS NO ESPAÇO BEM VIVER I – OVG, E O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**

Neste capítulo será apontado a importância do profissional e o exercício do Assistente Social, suas contribuições para a evolução das políticas públicas e

atendimentos realizados nas instituições de atendimento social aqueles em situação de vulnerabilidade.

#### **4.1 O Serviço Social no Espaço Bem Viver I**

Conforme o CFESS (2021), o Serviço Social representa uma das profissões, dentro do campo social, que tiveram sua lei regulamentar profissional aprovada – Lei n.º 3.252 de 27 de agosto de 1957 – regulamentada anos depois pelo Decreto n.º 994 de 15 de maio de 1962, que no Art. 6º versa sobre a fiscalização e disciplina do exercício profissional dos Assistentes Sociais. E, para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), organização brasileira instituída pela Lei Federal n.º 8662/1993, criado em 1957, o Assistente Social é, por definição um (a) “trabalhador (a) social [que] atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida”, para tanto, os “princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego” (CFESS, 2010).

De modo geral, o Assistente Social analisa, elabora, coordena e executa planos, projetos e programas que venham conferir e viabilizar os direitos sociais das pessoas, bem como seu acesso às muitas políticas sociais que englobam educação, cultura, saúde, habitação, previdência social e a própria assistência social. Assim, os programas e projetos que tratam das condições de vida da população e que visam a melhoria da vida das pessoas passam pela observação de um Assistente Social pois, são profissionais que avaliam o fator da condição de vida dos grupos de pessoas, também orientam os mesmos com informações, de forma a atender suas necessidades sociais básicas. Parte de suas atribuições incluem elaborar laudos e pareceres, estudos sociais e avaliar, analisar registros e estudos técnicos, no intuito de coletar dados.

Dentro da visão que se tem no EBV I (OVG), por parte dos trabalhadores, quando o idoso se sente importante na família isso facilita a interação e o comportamento dele, visto que demonstram estar mais preparados para se relacionar

com os outros idosos nas atividades, bem como com os funcionários e demais pessoas (voluntários familiares e outros). Esses idosos são pessoas mais amorosas e participativas, não só com os netos e familiares, em geral, mas também, na sociedade. O que traz essa possibilidade de desenvolvimento é o diálogo e a informação, pois, muitos ainda conseguem aprender e produzir, o que dá a eles o sentimento de empoderamento, independência e alegria de viver, melhorando em sua capacidade de lidar com os problemas naturais da vida, da saúde e do passar do tempo. Em contrapartida, a família se vê como um membro produtivo e feliz (OLIVEIRA, 2009).

Diante disso e da necessidade de promover, manter e reforçar o vínculo e convívio social e familiar do idoso, é que esta pesquisa investiga o papel do Assistente Social, considerando que existe para ele a função primordial de intervir e facilitar a convivência da pessoa idosa com família e comunidade e que o idoso, em função do desgaste físico e psicológico, natural aos seres humanos, passa por grandes dificuldades, normalmente não aceito ou compreendido por seus familiares. Essas dificuldades são inúmeras e podem estar relacionadas com a forma de comunicação existente entre as pessoas da família e o idoso, a audição, a voz (capacidade de fala), as doenças próprias da idade e muitas outras. Outro ponto que o Assistente Social deve manter atenção redobrada é para os sinais de violência familiar e maus tratos a que muitos idosos são sujeitos (BRASIL, 2006) e que se vêm amplamente observados no EBV I.

A busca, nesse sentido, é para que esses idosos se valorizem e sejam valorizados, respeitados por sua vida progressiva, auxiliados no que necessitam, obtendo, inclusive incentivos da família para enfrentar os preconceitos os quais a sociedade lhes inflige. Conforme Jardim, Medeiros e Brito (2006, p. 26), “quando o outro define o envelhecimento e a velhice, percebe-se que o preconceito é uma característica marcante e são utilizados estereótipos negativos sobre a velhice”. De modo que entender “[...] a visão do idoso a respeito do envelhecimento e da velhice é importante para se construir representações positivas dessa fase, visto que muitos estudos realizados mostraram que o idoso não se enquadra nos estereótipos que os outros formulam sobre a velhice”. Muitas vezes a família não apoia o idoso e este não é capaz de observar as possibilidades que ainda existem para ele, de que ainda possa construir e vivenciar novas descobertas e horizontes. O que eleva à importância dos locais de convivência para idosos, que passam de um simples espaço de atividades

para uma instância de diálogo e entendimentos entre o idoso e seus familiares comunidade, mediados pela atuação do Assistente Social.

A instituição é um local onde o idoso pode trocar experiências, aprender alguma atividade nova, dançar e se divertir, se sentir útil, se reconhecer e perceber o que é bom na sua fase atual, assim como o que pode fazer para melhorar e manter a vontade de viver, buscar qualidade de vida, saúde e viver melhor, mesmo diante de suas limitações. E, com o auxílio do Assistente Social, a instituição se torna espaço de reencontro da pessoa idosa com seus familiares, de maneira a fortalecer os laços anteriormente criados, e tornarem-se novos, caso necessário e modificar a situação de abandono na qual muitos idosos são levados a viver.

#### **4.2 O Fortalecimento de Vínculos como objetivo**

A realidade de nosso país é a de que a população, idosos está aumentando de forma acelerada. Assim, a população.

[...] está envelhecendo rapidamente sem ter solucionado problemas sociais e políticos, herança de uma história de desigualdades e elitismo. Com uma população idosa maior, vislumbra-se, um maior número de idosos pobres, pois as 'transformações socioeconômicas, políticas e culturais que ocorreram na sociedade no século [XX] trouxeram mudanças significativas na vida dos indivíduos' (COLUSSI; PICHLER; GROCHOT, 2019).

O atendimento das famílias, junto aos idosos, se vincula ao profissional, Assistente Social, assim, os saberes desses profissionais podem ser usados para uma real intervenção quanto aos laços que passa a para que unam idosos e seus familiares. O Assistente Social também mostra o encaminhamento quando necessário para outras áreas de necessidade do idoso, para que este obtenha dignidade e acesso às estruturas de que precisam para viver bem. Assim, "No trabalho junto às famílias são utilizadas informações das abordagens, individual e familiar, entrevistas, visitas domiciliares, acompanhamentos, orientações, acolhimento, estudo socioeconômica e a escuta qualificada, dentre outros [...]" (VIANA, 2016, p.10-11).

É necessário romper com a ideia que ter envelhecimento saudável é apenas uma questão de mudança de hábitos, o que transforma o papel das políticas públicas para idosos, ainda pouco esclarecidas no Brasil pela Constituição Federal, em inutilidades textuais. As transformações na sociedade por reflexos do uso de tecnologia e mais informações têm refletido na composição familiar, bem como no

modo de convivência familiar e nas relações entre seus membros familiares. O trabalho do Assistente Social com as famílias objetiva, entender cada membro, além de compreender as relações entre si, para que se crie uma finalidade na realidade daquela família, o que requer que o Assistente Social contribua com suas informações(VIANA, 2016).

Quando procura o Assistente Social, o usuário espera uma resposta profissional que atenda suas necessidades, mesmo as de caráter imediato, como a alimentação, dificuldade de acessos aos serviços de saúde, informações e orientações sobre a vida familiar e acesso aos direitos sociais. Com a população idosa não deve ser diferente, pois, há a procura, por parte deles, dos profissionais de Serviço Social para o atendimento de suas necessidades, tanto as de caráter imediato quanto aquelas relacionadas ao transporte adaptado, ao acesso às informações de atendimento socioassistencial dentre outras (VIANA, 2016).

Além disso, identifica-se na demanda da população idosa a necessidade de tentar fazer chegar a eles as informações de política, sobre as garantias de direitos no processo de envelhecimento. E isso acontece melhor quando os idosos participam em centros de convivência e de referência da vida em sociedade no Município onde residem, pois, por meio das ações que acontecem em palestra e outras atividades, é possível que os temas relacionados às políticas sociais para a terceira idade, os conteúdos do Estatuto do Idoso e do próprio EBV I e de outros grupos cheguem até ele. É em ações dessa natureza também com as famílias e outras instituições do Estado e com os profissionais como os Assistentes Sociais que a população idosa tem a oportunidade de interagir e incluir o universo cultural e fortalecer sua convivência social e familiar.

A institucionalização de idosos, nos últimos tempos, tem sido uma grande preocupação é vista por muitos, como a resolução para a problemática do aumento da longevidade no país, o que nos leva às necessidades urgentes e necessárias para manter os idosos vinculados aos seus familiares (VIANA, 2016).

Assim, para manter uma atenção maior sobre a relação familiar e o idoso, está o Assistente Social, que exerce um papel de extrema importância nesse quesito e que tem por finalidade em sua ação, entre outras, o fortalecimento de vínculo sociofamiliar. Este profissional está ligado às mais diversas áreas, com um espaço especialmente reservado a ele no âmbito da saúde, fazendo com que ele atue nas mais diversas



frentes que tratam das questões sociais (PEREIRA; OLIVEIRA; WEMER, 2015).  
Outrossim, o Serviço Social:

é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico para atuar nas diversas manifestações da questão social, resultado da relação entre a exploração de trabalho e a acumulação do capital. O profissional se insere nas mais diversas áreas, atuando em diferentes políticas sociais: saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, entre outros. Conforme CFESS (2010), o projeto ético-político da profissão, pauta-se na perspectiva da totalidade social, rompendo com a intervenção conservadora, expressando o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária, democrática e garantidora de direitos (PEREIRA; OLIVEIRA; WEMER, 2015, p. 2).

É necessário, então, que este profissional seja bem preparado para assumir sua função junto à pessoa idosa, obtendo conhecimento técnico, teórico, documental, ético, político e metodológico, para que este consiga exercer seu papel fundamental nas instituições que lidam com o idoso. Contudo, além dos conhecimentos adquiridos em sua formação, a experiência humana de relacionar-se com a pessoa idosa no contexto familiar, reportando-se às memórias de sua infância, onde foram educados e aprenderam com os pais o dever de obedecer e respeitar os mais velhos por meio da palavra, dando respeito e obediência nas ações e comportamentos. Feito isso, apreende-se que é em domicílio que se espera obter o entendimento, o amor e o respeito, bem como se fortaleçam as afinidades e se resolvam as questões emocionais tão necessárias na velhice,

Para redefinir o papel social do idoso, a expressão contemporânea usada é 'terceira idade', uma nova construção social referida entre a vida adulta e a velhice. Esta terminologia é usada para designar um envelhecimento ativo e independente.

Os idosos brasileiros estão construindo seu espaço de sociabilização e inclusão social, e se percebe um crescimento dos movimentos de aposentados e de terceira idade. O primeiro é um movimento mais político congregado por homens, enquanto que o segundo, sociocultural, reúne mais mulheres. Esses espaços de sociabilização são importantes na construção social da identidade do idoso durante a velhice, pois permitem uma interação dos mesmos, na busca de uma positividade da velhice que afaste a solidão e o preconceito, permitindo um envelhecimento ativo e independente (JARDIM; MEDEIROS; BRITO, 2006).

Para Chaimowicz (2013),

[...] os idosos de hoje são jovens; a maioria tem menos de 70 anos. Os idosos com mais de 85 anos – aqueles com as maiores demandas [...] são o grupo populacional que mais cresce no Brasil, e esta tendência vai se acentuar nos próximos anos. Mas se as famílias têm tido menos filhos, quem irá cuidar destes idosos? [...] (p.11).

Para o autor, o século XXI traz em si “profundas transformações da estrutura populacional em diversos países, inclusive o Brasil”, isso, resultado de conquistas no campo social e político, bem como da “incorporação de novas tecnologias, o envelhecimento populacional ocupará posição de grande destaque dentre os acontecimentos deste século” (CHAIMOWICZ, 2013, p. 16). Segundo ele,

O aumento da proporção de idosos é um fenômeno global; à exceção de alguns países africanos, todo o mundo encontra-se em algum estágio deste processo. Este aumento também não é um fenômeno repentino ou inesperado; pelo contrário, resulta das transformações demográficas ocorridas nas décadas progressas, motivo pelo qual, na maioria dos países, será um processo inexorável. Tampouco se trata de um fenômeno isolado; invariavelmente está associado a modificações do perfil epidemiológico e das características sociais e econômicas das populações (CHAIMOWICZ, 2013, p. 16).

Contudo, ainda em conformidade com Chaimowicz (2013), tal fenômeno “é tão novo que as demandas de uma sociedade envelhecida só recentemente têm sido conhecidas” (p.16). O idoso de hoje é mais jovem, porém, enfrenta problemas que surgem do próprio envelhecimento. O livro de Chaimowicz (2013), “*Saúde do Idoso*” elenca vários desses problemas, dentre eles alguns que são familiares para quem já atua estagiando ou profissionalmente na assistência social: problemas com medicamentos, quedas e fraturas, depressão, insônia, demências e confusão mental, saúde bucal, violência contra o idoso, síndrome de imobilidade, internações e diversos outros adoecimentos e mesmo, a própria questão da finitude da vida.

Este é um tema urgente na sociedade atual e já o era em 2006, quando o Ministério da Saúde percebeu o aumento significativo de idosos na sociedade brasileira. A partir de então, transformações e mudanças de paradigmas seriam necessárias no âmbito social e de saúde, visando a qualidade de vida dessas pessoas com mais de 60 anos e para com as famílias ligadas a esses sujeitos (BRASIL, 2006).

O Assistente Social deve orientar, para que vem a se interagir, entre a família e o idoso, para que haja uma compreensão maior da condição de pessoa idosa pela família e no contexto da inserção deste indivíduo no seio familiar como, também, das perspectivas do idoso com relação à sua própria família.

Há então, grande importância na preocupação com relação ao convívio da pessoa idosa no que diz respeito ao vínculo familiar dos frequentadores do EBV I da OVG, que busca oportunizar convivência social para o idoso e local onde ele pode formar grupos que contribuam para a garantia de seus direitos, bem como na melhorar

questões ligadas à sua longevidade e qualidade de vida. Portanto, compreender cada assunto a ser relacionado a este procedimento, incluindo os conceitos necessários para melhorar o apoio de atividades físicas para uma vida mais saudável e aliar esses aspectos ao convívio dos idosos com suas famílias em grupos de convivência é de suma importância para os frequentadores dos espaços destinados ao atendimento da terceira idade (MELO, 2011).

Cubas, Lisboa e Chaves (2004) entendem que o vínculo feito entre o idoso e a família favorece a convivência familiar e facilita a passagem tranquila por esse ciclo vital. Para os autores, as representações sobre o processo de envelhecer num convívio de vínculo familiar na vida do idoso é parte de uma formação humana indispensável, tanto para o idoso quanto para as pessoas ligadas a ele. Torna-se importante reconhecer que tais laços são importantes e estão em constantes “crises” no âmbito social, porém, seu conceito vai além dos elos de distinção e trazem preocupação com a vida familiar; necessitamos investigar a presença da institucionalização e da violência (econômica inclusive) no enfraquecimento dos vínculos familiares, e dar um tratamento maior ao tema em face da transparência que o assunto requer (CUBAS; LISBOA; CHAVES, 2004).

#### ***4.3 Estágio em Serviço Social no Espaço Bem Viver I***

Com base no exposto, surge a necessidade de conhecer as famílias dos idosos que participam dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como o “EBV I” (OVG).

A instituição atendeu no ano de 2019 e 2020 cerca de 300 idosos, 150 no período matutino e outros 150 no vespertino, bem como suas famílias que compareceram ao local nos dias de comemorações e festividades.

Observou-se que as visitas nas residências dos idosos são realizadas e como elas podem auxiliar, no âmbito institucional aliado à sociedade, a restaurar os vínculos com suas famílias. No EBV I, com base no contexto social no qual ele está inserido, as pessoas atendidas são as mais simples possível, vivem nas proximidades da instituição e vêm de situações bem diversas. Alguns vivem com a família, outros sozinhos, alguns apenas estão entre os familiares, pois não mantêm diálogo ou uma boa convivência com os mesmos, assim como são encontrados aqueles que possuem

uma boa vivência familiar, são ativos na comunidade, alegres e auxiliam os outros a melhorar.

É de amplo conhecimento que os seres humanos são validados por sua utilidade social, quando a perdem em função da idade, a sociedade e algumas famílias tendem a relegar o idoso ao ostracismo, à margem social. Esse é um dos motivos que levam os familiares a, aos poucos, perderem o vínculo afetivo com seus idosos. Outros motivos que também podem ser observados são as doenças, a inaptidão do idoso para as coisas do presente, a dificuldade de comunicação entre, principalmente, jovens e idosos, bem como as questões de âmbito financeiro. Nesse ponto, com suas poucas aposentadorias, muitos idosos ainda colaboram com suas famílias. Com vistas a isso, a instituição empreende palestras e atendimento via Assistente Social para averiguar as ocorrências e tomar as devidas ações.

Muitas são as causas que levam as famílias ao desligamento de seus vínculos com os idosos, entender quando se dá a quebra e como restituí-la é foco das ações que reúnem avós/avôs, pais/mães e filhos/filhas em atividades de apresentação de trabalhos feitos na instituição pelos idosos, entre outras. Porém, nem sempre há a participação familiar, os idosos confraternizam entre si, gerando laços diferentes daqueles que são os familiares, por assim dizer, eles formam uma nova família no espaço de convivência, o que pode não ser o suficiente, mas colabora com sua qualidade de vida através dos vínculos de amizade.

Como preconiza o trabalho de fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, os frequentadores do EBV I, são levados a diversos debates acerca de suas vivências entre uma atividade e outra, onde são dadas oportunidades de socialização e troca de experiências. Nas aulas de Hidroginástica, além da alegria do momento, busca-se aumentar a autoestima dos participantes e encorajar as pessoas idosas a se sentirem plenas em seus corpos. Nas oficinas laborativas são trabalhadas a criatividade, a cooperação e a beleza de se estar vivo, o que ocorre nas outras atividades também, sendo elas físicas ou intelectuais. Essas oficinas ajudam os idosos a se reinventarem, adquirirem uma melhor coordenação motora, a exercitar a mente e ter perspectivas novas de comunicação e interação social que se refletem em seu meio social e familiar, de modo a melhorar sua qualidade de vida.

Tais atividades ajudam a suscitar a reflexão acerca do papel social da pessoa idosa e no que se refere ao que essa pessoa ainda pode contribuir, pois, ninguém quer envelhecer, mas quem envelhece precisa ter clara a visão de que esta é apenas

uma das fases do desenvolvimento humano que vem com grandes perdas, mas que também pode obter outros grandes ganhos. Tal visão é um dos aspectos das conversas que são produzidas com os frequentadores do espaço em questão, considerando o processo de envelhecimento em toda sua complexidade e buscando compreender as limitações inerentes a esta fase da vida.

De modo que não se empreende um bom trabalho de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas se não se considerar e valorizar as experiências de vida dos frequentadores, aspecto trabalhado em todas as atividades, que implícita ou explicitamente, aproveita o momento para reforçar essas experiências, suas formas privilegiadas de expressão, bem como de interação e vivência em grupo, por intermédio de trabalhos artísticas e culturais, modalidades esportivas e muito lazer. Todas elas com vistas a estimular e aumentar a capacidade dos idosos de serem ativos, escolhendo as atividades que desejam frequentar e manterem-se no controle de sua vontade.

Os funcionários, de modo geral, no EBV I, entendem que fortalecer vínculos pode parecer apenas uma desculpa para reunir idosos, mas, na verdade, o que se percebe é que se trata de uma forma de ofertar proteção social básica a eles. Assim, enquanto eles se mantêm ativos nas ações que o espaço oferta, eles se encontram seguros e observados por outros olhos que não são os de seus familiares e conhecidos. Por isso e por outros motivos existe uma importância especial em se preparar as atividades para que o idoso não desista de interagir, pois, se trata de uma intervenção social planejada que deve criar atividades que estimulem e orientem as pessoas, de modo a colaborar na construção e reconstrução das vidas e histórias, das vivências individuais e coletivas dessa pessoa idosa, por isso, necessita ser bem planejada para que interfira socialmente, com qualidade e conhecimento de causa. Dessa forma são feitas reuniões de preparação e planejamento das atividades, algumas se mantêm as mesmas, principalmente as físicas, mas a coordenação procura manter uma regularidade nas ações.

De acordo com o exposto são planejadas atividades com tempo bem delimitado, com foco em assuntos diversos e intervenções/eventos entre familiares e usuários, que correspondem a ação mais importante no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos como foco, pois, boa parte das atividades são mesmo voltadas particularmente para o idoso. O foco principal dessas práticas é contribuir com o envelhecimento saudável e com autonomia, mas, também fortalecer os

vínculos familiares, considerando que, tanto o idoso quanto seus familiares precisam obter as informações necessárias para se desenvolver o vínculo afetivo. Assim como os familiares se desvinculam de seus idosos, estes, em alguns casos, também desistem de seus familiares como pode ser observado nesta pesquisa.

Então, reforçando, as práticas dos professores, assistentes sociais e funcionários, em geral, são, a princípio, atividades recreativas, contudo, representam estratégias para potencializar e qualificar as ações que visam o fortalecimento de vínculos dos frequentadores do espaço. Assim, não se trata de que tais atividades, palestras, confraternizações representem o foco central da instituição, mas configuram formas de tornar o espaço acolhedor, tanto para os idosos quanto para seus familiares e comunidade, de modo a facilitar o diálogo entre a instituição e a comunidade sobre assuntos que dizem respeito aos usuários, bem como de interesse social, que não só procuram melhorar sua comunicação familiar, mas também com o próprio espaço de convivência que também necessita desse retorno para continuar seu trabalho.

Dessa forma, de modo oportuno, quando surgem espaços adequados à manutenção de diálogo, os temas procuram estar em concordância com o serviço social ao buscar complementar o trabalho da família com o idoso na prevenção das situações de risco, fortalecer o convívio desse idoso com a família e a comunidade e, ainda, prevenir a segregação e marginalização do idoso, assegurar seus direitos em todos os contextos. Enquanto opera tais práticas, procura manter entre as pautas, temas que versem sobre o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, propiciando momentos de reflexão sobre suas vivências e direitos, pois, ainda que envelhecido, o ser humano tem direito a ser protagonista de sua própria história.

Outrossim, para conhecer melhor o funcionamento e atividades do EBV I, foi aplicado um pequeno questionário com a atual Assistente Social desta instituição com o qual pretende-se elucidar melhor as condições de trabalho e atendimento do espaço.

#### ***4.4 Realizando pesquisa em tempo de Pandemia – COVID 19***

A pesquisa que deveria ser realizada no campo de Estágio I e II, onde pretendia-se fazer uma análise muito mais aprofundada dos usuários dos serviços do

EBV I foi prejudicada, sendo possível apenas uma leitura básica, mais com os aspectos demonstrados pela instituição em seus documentos digitais.

Ainda assim foi possível captar alguns resultados em forma de respostas, através da Assistente Social da instituição com relação às iniciativas no fortalecimento dos vínculos do núcleo EBV I (OVG) e uma pequena visão do espaço enquanto instituição voltada ao cuidado com o idoso e ao fortalecimento de vínculos.

Encontrando justificativa na necessidade de fortalecer os vínculos entre famílias e idosos, pois, diante da realidade vivida, exige cada vez mais a atuação do Assistente Social, uma vez que sua colaboração é imprescindível a atenção psicossocial que precisa ser ofertada em todo e qualquer serviço voltado à terceira idade, foi encontrada uma situação ainda mais difícil para os idosos com a pandemia. Diante do quadro de pandemia, a instituição precisou fechar e os idosos passaram a ser monitorados a distância.

Assim, todas as pessoas envolvidas no processo foram afetadas e muitas das nuances que se pretendia observar não foram possíveis de serem incluídas neste estudo. Dito isto, a investigação se pautou na visão da Assistente Social da instituição, acerca das possibilidades do espaço, o bom uso e como ela entende o uso das oficinas e práticas para o fortalecimento de vínculos entre os idosos e seus familiares.

Como pesquisa preliminar que justifica tal intervenção analítica, temos, na atualidade, as mudanças dos valores comportamentais na sociedade como um todo que atingem sobretudo as famílias dos idosos. Essa situação entre familiares e idosos representa um grande sofrimento para este último, principalmente, que se vê só no fim da vida, que preteridos pela rapidez dos novos tempos, são abandonados, muitas vezes, à própria sorte. Momento no qual se faz necessária a intervenção de espaços de convivência e até de internação do idoso (MELO, 2011).

Mesmo diante das grandes conquistas no que diz respeito à legislação brasileira quanto ao idoso, muitos são aqueles que se encontram em estado de abandono ou abandono familiar (MELO, 2011). Portanto devemos

[...] refletir sobre o abandono e a perda dos vínculos familiares com os idosos como fator para a institucionalização em uma ILPI, levantando as principais causas que levam as famílias a perderem seus vínculos com os idosos, assim como compreender em que momento e por quais razões se dá a quebra de tais vínculos, tratando da intervenção do Assistente Social junto às famílias de idosos institucionalizados e com vínculos fragilizados (VIANA, 2016, p. 2).

Tal investigação se fez necessária, também, em virtude da falta de responsabilidade do estado que não assume suas reais atribuições no âmbito da seguridade à pessoa idosa e transfere suas obrigações para a sociedade. Então, tem-se como sobrecarga o abandono por parte da família e o mesmo por parte do Estado (MELO, 2011).

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as tentativas de efetivação dos direitos da pessoa idosa exigiram uma intervenção da sociedade para que o Estado, em seu dever constitucional de criar a condição de efetivação das necessidades desse segmento, fizesse valer o que lhe é de direito. Para tanto, em 1º de outubro de 2003, concretizou-se a Lei nº 10.741 (BRASIL, 2003).

A partir de 2003, a pessoa idosa passa a contar com o Estatuto do Idoso, para assegurar as prerrogativas constitucionais desse segmento etário. Essa conquista é resultado do protagonismo e da luta social de vários sujeitos políticos diante da necessidade de garantir a esse segmento uma vida digna em uma sociedade mais justa e solidária. Tal documento, além de confirmar os direitos regulamentados na Política Nacional do Idoso acrescenta novos dispositivos e cria meios para coibir a discriminação contra esse segmento e é destinado a pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, assegurando-lhes o direito de gozar de todos os direitos fundamentais à pessoa idosa nas sociedades em seus 118 artigos (MELO, 2011). Contudo, mesmo com sua abrangência, o idoso ainda se vê alvo de grandes discriminações, embora o Art. 3º do referido estatuto seja claro quanto às obrigações sociais diante dela:

[...] obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

A população idosa de Goiânia encontra-se vivenciando a mesma problemática social mostrada por Melo (2011), mesmo iniciando uma nova década (2020) e está no mesmo patamar no qual podemos ver toda a sociedade idosa brasileira. Contudo, os tempos são outros e nos vemos em uma situação ainda mais problemática, uma vez que o idoso é grupo de risco na atual pandemia de coronavírus (19). De modo que a presença familiar no cuidado com o idoso se faz extremamente importante, de forma



que as quebras de relacionamentos e vínculos precisam ser evitadas e os vínculos de afeto fortalecidos.

Assim sendo, muitas são as perguntas que precisam de respostas, mas diante dos acontecimentos pandêmicos, não receberam resposta neste estudo. E isso não tem a ver apenas com esta instituição exclusivamente e a atuação de seus Assistentes Sociais, mas, estão correlacionadas à sociedade como um todo, representadas pelas famílias dos assistidos. Algumas respostas, com as observações feitas em “campo”, porém, foram encontradas por meio de pesquisa. Foi possível observar que há consideração do espaço de convivência no que diz respeito à elaboração do planejamento acerca da necessidade de participação das famílias e que, poucas famílias compreendem a importância de manterem os laços e cuidados com seus idosos, tanto afetivamente quanto legalmente; o Assistente Social está consciente da relevância de seu papel no restabelecimento dos vínculos familiares com os idosos e, sim, os impactos sociais seriam grandiosos se os idosos fossem amplamente inseridos no contexto familiar e aqueles que não possuem mais família fossem acolhidos pelo Estado. Contudo, tais respostas foram como dito, com base na observação a distância e podem ter resultados diferentes com base em registros.

Mesmo com as dificuldades relatadas, foi possível empreender um questionário para a atual Assistente Social do EBV I que, prontamente, se propôs a responder e segue descrito no próximo tópico.

#### *4.4.1 Pesquisa com Assistente Social do Espaço bem Viver I*

O questionário aqui apresentado é fruto da necessidade de obter a visão da Assistente Social que trabalha diariamente na instituição e vivência o dia a dia dos idosos e seus familiares, pontua-se aqui que a profissional começou a atividade na instituição em 08 de setembro de 2020.

A transcrição do questionário feita para a Assistente Social foi respondido de modo escrito e segue transcrito conforme foi recebido:

Pergunta 1: Em se tratando das formações de grupos de convivência, qual seria a melhor estratégia para a saúde e o bem-estar do idoso de forma a reforçar os vínculos com a comunidade e qual a forma de atuação do assistente social?

Reforçar os vínculos de amizade na comunidade, sendo que o esforço de convivência, um ponto de apoio e encontro entre eles. Colaborando

na qualidade de vida deles. O assistente social é um intermediador destas relações, buscando sempre o fortalecimento de vínculo possibilitando nova perspectiva de comunicação e interação social (Assistente Social do Espaço Bem Viver I).

Diante da pontuação da Assistente Social, ficou observado que a comunicação e a interação entre a profissional e os usuários, despertam a confiança nas atividades realizadas na unidade, promovendo e reforçando os vínculos na comunidade.

Pergunta 2: O trabalho com os idosos não é isolado, mas articulado, pois é composto por uma equipe multiprofissional. Que ferramentas são utilizadas pelos profissionais para melhoria da qualidade de vida dos idosos?

São professores, capacitados, para trabalhar com as atividades para os idosos e suas necessidades de saúde atendidas. As unidades oferecem atividade planejada e sistematizada a partir dos valores sócio culturais, necessidade manifestada pelo o idoso material disponível (Assistente Social do Espaço Bem Viver I).  
 A inclusão digital: para que eles se situem na área DE COMHECIMENTO DE TECNOLOGIA (celular tablet)  
 Oficina pedagógica: para eles pintar (desenvolver a articulação das mãos, e escrever o seu nome)  
 Psicologia (atender as dificuldades os problemas identificados)  
 Terapia ocupacional (bordado) promove o resgate dos aprimoramentos da coordenação motora.  
 Natação dança Pilatos para proporcionar meios de prevenir agravos da saúde e perda de capacitação funcional (Assistente Social do Espaço Bem Viver I).

Para realização do trabalho socioassistencial, não só os aspectos físicos e de equipamentos promovem a integração social, diante da pontuação o aspecto humano é o que permite acontecer e realizar políticas de inclusão, dessa forma torna-se importe tanto a valorização, quanto a capacitação continuada dos profissionais envolvidos neste processo.

Pergunta 3: Em sua opinião, qual deve ser o papel dos assistentes sociais no interior do Espaço Bem Viver? *“O papel do assistente social é ajudar no atendimento individual e familiar visita domiciliar e em hospitais e acesso à rede sócio assistencial, de saúde e jurídico”* (Assistente Social do Espaço Bem Viver I).

Compreende-se que o Assistente Social é fundamental para que o usuário se sinta acolhido, e pode ser realizado de diversas formas, na unidade de atendimento aos idosos, as visitas *in loco* são importantes para o entendimento da realidade que estão inseridos.

Pergunta 4: Sabemos que o papel da família é fundamental para o bem-estar do idoso. Quais condutas poderiam ser adotadas pelo profissional do serviço social

junto à família deste idoso para alcançar esse bem-estar esse maior vínculo entre eles? *“Através de visitas e recepcioná-los na instituição dando atenção e fortalecendo o círculo de amizade e garantindo os seus direitos e apoio sócio educativo na saúde e jurídico” (Assistente Social do Espaço Bem Viver I).*

O acesso aos serviços e atividades realizadas pela instituição é possível garantir aos envolvidos o acesso aos seus direitos advindos da CF/88, que traz em seus princípios a dignidade humana.

Pergunta 5: Podemos elaborar várias atividades para melhorar as condições de vida do idoso. Como os espaços oferecidos pela instituição em questão podem ser mais bem aproveitados? *“Em minha opinião já são elaboradas e aproveitados todos os espaço todos com cada um na sua sala e as atividades realizadas”.*

Observou-se que o espaço físico tem atendido a necessidade das atividades realizadas, porém quando realizado pesquisa de satisfação junto aos usuários foi constatado que a quadra poliesportiva não tinha o uso que os mesmos desejavam, estes pontuaram que mais atividades poderiam ser realizadas se o espaço em questão incluíssem atividades ao ar livre. Ressalta-se o fato de que para atendimento da sociedade é necessária uma conjunção de espaço físico, aspecto humano, capacitação e conhecimento, pois são os profissionais envolvidos que permitem o cumprimento do direito.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou como objetivo central conhecer o trabalho social com idosos, em especial no Espaço Bem Viver I da OVG, na cidade de Goiânia/GO. Buscou ainda pontuar a importância do Serviço Social como meio de garantia dos direitos previstos na CF (1988).

No meu período de estágio neste espaço pude observar que é possível através do trabalho social conseguir uma melhora na vida daqueles que se encontram em vulnerabilidade. O que abrange também os grupos de convivência para os idosos. Apesar das limitações, foi observada também, através de pesquisa de satisfação realizadas regularmente, que os idosos relataram melhoria na qualidade de vida ao participar das atividades ofertadas no espaço bem viver I (OVG)

Apreendi ao longo do curso e também no estágio que o Serviço Social contribuiu para as lutas pelos direitos tanto dos trabalhadores, quanto daqueles que não recebiam do Estado os direito a atenção necessária para estabelecer uma vida com dignidade e suprida com o mínimo necessário para sobreviver, podendo pontuar aqui, moradia, alimentação, educação e saúde.

Quanto ao trabalho com idosos, o estágio demonstrou que o serviço oferecido promove o bem-estar, possibilidade de conviver e conversar, conhecer outras pessoas, de falar e de ouvir, de adquirir informação sobre hábitos saudáveis, de prevenir o isolamento, assim como de se informar sobre direitos que não sabiam que possuíam. Esses pontos contribuem para um envelhecimento mais digno e vida mais saudável.

O estágio permitiu perceber que a concretização de uma política com caráter de direito é um processo longo. Há ainda muitas dificuldades e obstáculos no caminho da conquista de direitos. E muitos já existentes, estão sendo retirados. A atual conjuntura revela um contexto no qual os direitos têm sido revistos e o corte de gastos tem sido feito como estratégia do Estado garantir os privilégios da classe dominante. Isso impacta negativamente a oferta dos serviços socioassistenciais. É muito importante o envolvimento profissional do assistente social na formulação, avaliação e reformulação de ações na área social.

Ressalta-se que a cidadania é uma dimensão ampla e que não depende apenas da inserção de determinado segmento social em um serviço. Participar dos grupos de convivência pode contribuir para a cidadania, mas de forma branda. A

conscientização dos indivíduos e o acesso aos direitos dependem de uma série de fatores que incluem: o trabalho articulado de redes. É importante que o profissional se mantenha em formação continuada, buscando sempre, novas ferramentas que lhe proporcionem uma intervenção adequada às atividades que realiza, compreendendo não só a contemporaneidade social, mas como as políticas se aplicam no atendimento da sociedade.

No estágio observei que no núcleo de atendimento ao idoso, EBV I, os usuários ainda possuem dificuldade na compreensão da assistência social como um direito. O longo período de práticas assistencialistas ocorridas no país torna difícil romper a concepção de que o acesso às políticas sociais não é um favor e sim um direito. É necessário contribuir para o processo de conscientização dos cidadãos brasileiros em espaços variados e desde o período escolar, para que desde criança se compreendam como sujeitos de direito. Revelaram ter construído um vínculo com a instituição e os profissionais que ali trabalham, mostraram-se envolvidos e gratos ao fazerem parte das atividades ali propostas, pois se sentem como sujeitos ativos e reconhecidos como capazes de ainda construir e contribuir socialmente para seu núcleo familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Thalys. Em 39 municípios de Goiás, os idosos são mais de 20% da população. 20 mar. 2020, **O Popular**. Jornal versão online. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/em-39-munic%C3%ADpios-de-goi%C3%A1s-idosos-s%C3%A3o-mais-de-20-da-popula%C3%A7%C3%A3o-1.2019502>. Acesso em: 7 maio de 2020.

ASSIS, Selma Maria de. **O processo de terceirização do trabalho do assistente social nos serviços públicos**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.**

BRASIL. Presidência da República. Estatuto do idoso: **Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos), (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) ISBN 85-334-1273-8. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf). Acesso em: 10 mai. 2020.**

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe acerca da profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**, Brasília: Secretária Nacional de Assistência Social, 2010.

BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes; PASTOR, Márcia. A trajetória de construção do SUAS: um estudo em pequenos municípios do norte do Paraná. **O Social em Questão**, Ano XVII, n. 30, 2013, p. 353-372.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; REZENDE, Ilma. **Serviço Social e Políticas Sociais** / Ilma. Rezende e Ludmila Fontenele Cavalcanti. - Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2006.

**CENSO 2020**. Idosos indicam caminhos para uma melhor idade. Atualizado em 19 mar. 2019. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>. Acesso em: 9 jul. 2020.

**CFESS.** [Site institucional]. O CFESS. 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 05 abr. 2021.  
**CFESS. Proposta do Conselho Federal de Serviço Social do Brasil (CFESS)** para definição de Serviço Social. Gestão “Atitude crítica para avançar na luta”. [online]. 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao\\_ss\\_fits\\_SITE\\_por.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf). Acesso em: 05 abr. 2021.

CHAIMOWICZ, Flávio. **Saúde do Idoso.** NESCON/UFMG - Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família . 2. ed. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2013. p. 179.

COLUSSI, Eliane Lucia; PICHLER, Nadir Antônio; GROCHOT, Lucimara. Percepções de idosos e familiares sobre envelhecimento. **Rev. bras. geriatra. gerontol**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, e180157, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-98232019000100209&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232019000100209&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 jun. 2020. Epub 10 de junho de 2019.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar? **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2015, n.124, pp.665-677. ISSN 2317-6318.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CUBAS, Márcia Regina; LISBOA, Maria do Carmo; CHAVES, Maria Heloísa Madruga. A representação social do vínculo familiar pelo idoso. **Fam. Saúde Desenv.**, Curitiba, v.6, n.1, p.17-22, jan./abr. 2004. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8073/5691>>. Acesso em: 10 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/fsd.v6i1.8073>

GARCIA, Marcelo. SUAS: Sistema Único de Assistência Social. **Amavi**, [s.d]. [https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/cadernotravessia2-Marcelo\\_Garcia.pdf](https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/cadernotravessia2-Marcelo_Garcia.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

JARDIM, V.C.F.S.; MEDEIROS, B.F.; BRITO A.M.. Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice. **Rev. bras. geriatra. Gerontol.** Rio de Janeiro, v.9, n.2, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v9n2/1981-2256-rbgg-09-02-0025.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020

JESUS, C. da S.; ROSA, K.T.; PRAZERES, G.G.S. Metodologias de atendimento à família: o fazer do assistente social. **Acta Scientiarum. Health Sciences Maringá**, v. 26, n. 1, p. 61-70, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/1618/0>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MELLO, Elisângela de Fátima Fernandes de; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. A interação social descrita por Vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias em rede. **Anais do Workshop de Informática**

na **Escola**, [S.l.], p. 1362-1365, nov. 2011. Disponível em: <https://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/view/1988>. Acesso em: 17 mar. 2021.

**MELO, Laís.** Você sabe o que um/uma Assistente Social faz? 2 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/assistente-social-o-que-faz/#:~:text=O%20que%20os%20Assistentes%20Sociais,assist%C3%A2ncia%20social%20e%20a%20cultura>>. Acesso em: 7 de jun. 2020.

MELO, Wanessa Batista. **Políticas públicas de atenção ao idoso e democratização do acesso à cidadania social: a experiência de Goiânia 2003-2010** [manuscrito]. 2011. 160 f. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, 2011. Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Faria Viana, 2011.

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA.** Censo SUAS 2020 já está no ar. 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/censo-suas-2020-ja-esta-no-ar>. Acesso em: 19 mar. 2021.

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA. (MDS).** [Site institucional]. O que é. 11 ago. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Convivência e Fortalecimento de vínculos.** 22 jul. 2015a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 12 mar. 2021.

NETTO. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Rui Aragão. Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos. Lisboa: **Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Análise Psicológica**, 2 (XVIII), p. 157-170, 2000.

OVG. **Espaço Bem Viver I.** Atualizado em 03 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ovg.org.br/post/ver/200827/centro-de-convivencia-de-idosos-candida-de-morais>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

OVG. **Programa de apoio do idoso.** Atualizado em 03 out. 2019 a. Disponível em: <<http://www.ovg.org.br/post/ver/200827/centro-de-convivencia-de-idosos-candida-de-morais>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

OVG. Assessoria de Planejamento e de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação.** [online] 2017. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2017-05/plano-de-aCAo-2017.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PAULA. Marilene de. **“Nunca antes na história desse país”...? : um balanço das políticas do governo Lula / organizadora Marilene de Paula.** -- Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.



PEREIRA, A. R. ; WERNER, R. C. ; OLIVEIRA, T. C. R. . Atribuições do Assistente Social no atendimento à pessoa idosa na atenção básica de saúde. In: **I Seminário Nacional De Serviço Social, Trabalho E Política Social**, 2015, Florianópolis.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, dezembro de 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 18 de março de 2021.

RIZZOTI, M. L. A. O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão. **Argumentum**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 174–188, 2011. DOI: 10.18315/argumentum.v2i2.951. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/951>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, dez. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 mar. 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.) **As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo: Vozes, 2004.

SAWAIA, Bader Burihan. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE-PUC/SP, 2003.

VIANA, Daniela Corrêa. **O fortalecimento dos vínculos familiares com o idoso**. 2016. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/1d/1d829859-460f-44ee-b558-78a9892c874d.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

YAZBEK, M. C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 56, p. 50-59, mar. 1998.